


PARECER DA CONTROLADORIA

EMENTA: PROCESSO 2.735/2023 -
ASSUNTO GERAL: LOCAÇÃO DE 01
(UM) IMÓVEL NA ZONA URBANA,
LOCALIZADA NA TRAVESSA DA RUA
07 Nº 96, BAIRRO ALTAMIRA, BARRA
DO CORDA/MA, DESTINADO A
BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA DE
ALUGUEL SOCIAL 06 (SEIS) MESES,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO
DE BARRA DO CORDA/MA.
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **MODALIDADE:**
DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE PELA
CGM DE BARRA DO CORDA - MA.

I - RELATÓRIO

Vem a exame da Controladoria Geral do Município, o processo nº 2.735/2023, que tem como interessado a Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é Locação de 01 (um) imóvel na zona urbana, localizada na travessa da Rua 07 nº 96, bairro Altamira, Barra do Corda/MA, destinado a beneficiário do programa de aluguel social 06 (seis) meses, através da Secretaria de Assistência Social e Fundo de Assistência Social do município de Barra do Corda/MA, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, de acordo com o Art. 24, X, da Lei n.º 8.666/1993.

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Barra do Corda, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências na legislação municipal, a quem incumbe "*realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas*", bem como "*examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas*" 

pelo Município que derem origem à despesa” e “realizar auditorias técnicas e administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico”, apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

II – ANÁLISE

Destaca-se, preliminarmente, que a auditoria da fase interna ou preparatória do processo licitatório, instrumento de controle concomitante da ação administrativa, visa identificar o atendimento das exigências ditadas na Lei n.º 8.666/93 e a regularidade da publicidade.

O aludido processo administrativo encontra-se instruído conforme exposto na seção formalização e modalidade adotada.

II.1 – FORMALIZAÇÃO

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no art. 38 da Lei n.º 8.666/93:

- Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número **2.735/2023**;
- Solicitação de despesa;
- Termo de Referência;
- Ofício informativo nº 014/DEFESA CIVIL/2023;
- Documentação do locador:
 - RG;
 - Dados bancários;
 - Comprovante de residência;
 - Declaração de propriedade;
- Relatório de estudo social;
- Relatório fotográfico;
- Folha de resumo cadastro único;

64

- Autorização para verificação de parecer técnico do imóvel;
- Solicitação de informações orçamentárias;
- Dotação;
- Autorização de dispensa;
- Solicitação de análise e parecer jurídico;
- Minuta o contrato;
- Justificativa;
- Parecer jurídico.

II.II - MODALIDADE ADOTADA

A modalidade adotada para a presente licitação foi **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, versando o Parecer da Assessoria Jurídica e a Justificativa de Dispensa da Comissão Permanente de Licitação sobre tal modalidade.

A Dispensa de Licitação, possui regramento específico, tipificado na Lei nº 8.666/1993, em que descreve seu cabimento de acordo com a contratação. Assim aborda o art. 24, X, da referida lei:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). (grifo nosso).

A Dispensa é uma forma de contratação direta entre uma pessoa jurídica e a Administração Pública, de forma que preserve os princípios da Administração Pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. A dispensa é usada para garantir o provimento dos bens e serviços necessários à gestão pública com mais rapidez, em contextos previstos por lei. Trata-se, portanto, de um mecanismo que só deve ser utilizado em situações específicas.

Conforme fora instruído os autos do processo em comento, há solicitação de despesa por meio da Secretaria de Assistência Social, onde a Secretaria requerente apresenta justificativa plausível para tal contratação, visto que o

beneficiado encontra-se em um imóvel em situação de risco, não podendo mais permanecer no local.

Nesta esteira, nos termos do dispositivo acima, a modalidade adotada está em conformidade com o regramento legal, por cumprir os requisitos do artigo.

Entretanto, para cumprimento de todos os pressupostos legais contidos no artigo supracitado, é necessário a juntada do laudo de avaliação do imóvel, para verificar a compatibilidade do valor do imóvel, em relação ao mercado.

Razão pela qual solicito que seja acostado junto aos autos, relatório de avaliação do imóvel que se pretende alugar, nos termos do artigo 24, inciso X da Lei 8.666/1993.

II.III – PENDÊNCIAS

Após análise os autos, foi identificado as seguintes pendências:

- **Termo de Referência**

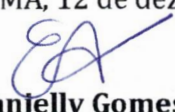
Item 5.1.9 informa “Utilizar o Imóvel para atendimento de finalidade pública”.

III - CONCLUSÃO

Considerando todo o exposto, após auditoria realizada por esta CGM, à luz da lei vigente, manifesto-me retificação apontada no item **II.III – PENDÊNCIAS**, após **prosseguir com feito**.

Este é o parecer, s.m.j.

Barra do Corda – MA, 12 de dezembro de 2023.



Emily Danielly Gomes Araújo
Controladora Geral Interina
Portaria nº 330/2023



PORTARIA Nº 330/2023 – GAB, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.

"NOMEIA OCUPANTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CONTROLADORA GERAL INTERINA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA/MA."

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA, Prefeito do Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EMILLY DANIELLY GOMES ARAÚJO, inscrita no CPF sob o nº 049.693.313-24, para exercer o cargo em comissão de **Controladora Geral Interina** do Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, durante o período de férias de 30 (trinta) dias de **HORTÊNCIA BATISTA VASCONCELOS**, a iniciar na data da assinatura do presente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, com efeitos a partir do dia 06/12/2023.

Art. 3º - Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Dê-se Ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Barra do Corda/MA, 06 de dezembro de 2023.

RIGO ALBERTO TELES DE SOUSA
Prefeito do Município de Barra do Corda – MA